



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO/SEMUSA
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO – CMSPV



RESOLUÇÃO Nº 008/2025/CMSPV/SEMUSA, DE 18 DE MARÇO DE 2025.

Dispõe sobre a aprovação da Intenção de Compra de um Hospital para o município de Porto Velho/RO.

O Presidente em exercício do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal nº. 642, de 26 de dezembro de 2016;

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal no. 642, de 26 de dezembro de 2016, que dispõem sobre as competências do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV;

Considerando o que dispõe inciso VI, artigo 4º da Lei no 8.142 de 28 de dezembro de 1990;

Considerando o que dispõe os incisos I, XIII, XVIII do art. 1º da Lei Complementar Municipal no 642 de 26 de dezembro de 2016;

Considerando o que dispõe o art 1º, os incisos V, VIII, XV, XIX, XXVII, XXXV, XLVI, LIV, LV do art 3º; § 2º do art. 11; e incisos V, X, XVIII do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde aprovado na Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2017;

Considerando o relatório de situação de Emergência em Saúde do município de Porto Velho (A1EFE6CB e-doc);

Considerando o Decreto no 20.763, de 27 de janeiro de 2025, que declara Emergência em Saúde Pública em todo território do Município de Porto Velho e dá outras providências;

Considerando a ausência de leito hospitalar na rede municipal, para suporte no atendimento de maior complexidade, fator que condiciona o paciente a agravar a ponto de precisar de atendimento de alta complexidade;

Considerando que o ano de 2024 o município de Porto Velho realizou 4.121 solicitações de leitos para a rede Estadual, sendo que 50 % dessa demanda foi da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Sul;

Considerando a rotina diária de internações indevidas de paciente em Unidade de Pronto Atendimento (UPA), por falta de regulação de leitos. Com tempo médio de espera, de 4 dias, quando não deveria ultrapassar às 24h;

Considerando a segunda reunião extraordinária de dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, onde a plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho, deliberou em votação unânime pela Intenção de Compra de um Hospital para o município de Porto Velho/RO.

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar sobre aprovação de Intenção de compra de um Hospital para o município de Porto Velho.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, RO, 18 de março de 2025.

Robinson Cardoso Machado Silva
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV

Homologo esta Resolução nas conformidades do artigo 1º. Parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de Recursos Financeiros na Área da Saúde.

Jaime Gazola Filho
Secretário Municipal de Saúde de Porto Velho – SEMUSA



Assinado por **Jaime Gazola Filho** - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE - Em: 07/04/2025, 16:03:39



Assinado por **Robinson Cardoso Machado Yaluzan** - Vice Presidente do Conselho Municipal de Saúde - Em: 22/03/2025,

11:36:09

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
RESOLUÇÃO Nº 008/2025/CMSPV/SEMUSA, DE 18 DE MARÇO DE 2025

RESOLUÇÃO Nº 008/2025/CMSPV/SEMUSA, DE 18 DE MARÇO DE 2025.

Dispõe sobre a aprovação da Intenção de Compra de um Hospital para o município de Porto Velho/RO.

O Presidente em exercício do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal nº. 642, de 26 de dezembro de 2016;

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal no. 642, de 26 de dezembro de 2016, que dispõem sobre as competências do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV;

Considerando o que dispõe inciso VI, artigo 4º da Lei no 8.142 de 28 de dezembro de 1990;

Considerando o que dispõe os incisos I, XIII, XVIII do art. 1º da Lei Complementar Municipal no 642 de 26 de dezembro de 2016;

Considerando o que dispõe o art 1º, os incisos V, VIII, XV, XIX, XXVII, XXXV, XLVI, LIV, LV do art 3º; § 2º do art. 11; e incisos V, X, XVIII do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde aprovado na Reunião Ordinária de 31 de agosto de 2017;

Considerando o relatório de situação de Emergência em Saúde do município de Porto Velho (A1EFE6CB edoc);

Considerando o Decreto no 20.763, de 27 de janeiro de 2025, que declara Emergência em Saúde Pública em todo território do Município de Porto Velho e dá outras providências;

Considerando a ausência de leito hospitalar na rede municipal, para suporte no atendimento de maior complexidade, fator que condiciona o paciente a agravar a ponto de precisar de atendimento de alta complexidade;

Considerando que o ano de 2024 o município de Porto Velho realizou 4.121 solicitações de leitos para a rede Estadual, sendo que 50 % dessa demanda foi da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Sul;

Considerando a rotina diária de internações indevidas de paciente em Unidade de Pronto Atendimento (UPA), por falta de regulação de leitos. Com tempo médio de espera, de 4 dias, quando não deveria ultrapassar às 24h;

Considerando a segunda reunião extraordinária de dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, onde a plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho, deliberou em votação unânime pela Intenção de Compra de um Hospital para o município de Porto Velho/RO.

R E S O L V E:

Art. 1º - Deliberar sobre aprovação de Intenção de compra de um Hospital para o município de Porto Velho.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Porto Velho, RO, 18 de março de 2025.

ROBINSON CARDOSO MACHADO SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho – CMSPV

Homologo esta Resolução nas conformidades do artigo 1º. Paragrafo 2º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de Recursos Financeiros na Área da Saúde.

JAIME GAZOLA FILHO

Secretário Municipal de Saúde de Porto Velho – SEMUSA

e-DOC A4F9ED7F Documento assinado digitalmente. Acesse <https://epmpv.portovelho.ro.gov.br/?a=autenticidade> e informe o e-DOC A4F9ED7F

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:539B36D0